

MORAL: INTENÇÃO, EUFEMISMO E CONTEXTO

Sírio POSSENTI⁵³

Resumo: Este trabalho explora, um pouco lateralmente, questões de linguagem e moral. Aborda três temas: a relevância da intenção em casos de ofensa ou agressão, o eufemismo, que tornaria certas palavras menos agressivas, e o contexto, invocado em situações nas quais alguém considera que seu discurso foi mal interpretado. Não se trata nem de aplicação das teses de Pavau sobre linguagem e moral, nem de sua contestação: comentam-se alguns casos que podem ser associados aos temas propostos por sua obra e que, eventualmente, demandam mais explicitação.

Palavras-chave: Moral. Intenção. Contexto. Eufemismo.

Abstract: *This paper explores, somewhat laterally, questions of language and morality. It focuses on three main themes: the supposed relevance of intention in cases of offense or aggression; the euphemism that would make certain words less aggressive; and the context invoked in situations in which one considers that his discourse was misunderstood. It is neither an application of Pavau's thesis about language and moral, nor its contestation: it is a matter of commenting some cases that may be associated with the themes proposed by the work mentioned, which eventually demands more explicitness.*

Keywords: *Moral. Intention. Context. Euphemism.*

Introdução

Pavau (2013) trata de numerosas questões que envolvem palavras ou enunciados a respeito das quais se poderia falar de moral. Por ser obra pioneira, isso se compreende. Talvez se deva dizer também que as questões morais, por serem heterogêneas (uma coisa são os tabus, outra as ofensas, ainda outra a mentira ou a interpretação errada de uma teoria), são avaliadas diferentemente nas sociedades,

⁵³ Professor Titular do Departamento de Linguística (DL), Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, E-mail: siriop@terra.com.br

porque estas também são heterogêneas. Neste trabalho, vou tratar de três questões, suscitadas certamente pela leitura da obra em questão, mas sem necessariamente segui-la ao pé da letra. Problematizo, talvez. Espero não cometer com isso nenhuma imoralidade.

Trato da questão da intenção, até porque pode ser ingrediente relevante nos casos de judicialização de determinadas declarações. Trato depois de termos tabu e de sua atenuação por eufemismos; mesmo estes talvez soem imorais, dado o âmbito em que ocorrem. Finalmente, trato de uma questão de interpretação “equivocada”: a questão é se poderia ou não ter sido evitada, caso o leitor considerasse um enunciado a mais. Ou seja, a questão é se estamos diante de um caso simulacro ou de um mero ataque a posição discursiva diferente. Paralelamente, pode-se perguntar se um simulacro pode ser imoral, mesmo que não decorra de má intenção, mas de uma grade semântica.

A intenção

Quando um pronunciamento discutível do ponto de vista moral é contestado, debatido ou confrontado, duas são as defesas mais comuns apresentadas por seus autores: a) não houve intenção (por exemplo, de ofender); b) o trecho foi citado fora do contexto, o que lhe altera o sentido intencionado. Os casos são extremamente numerosos, diria diários. Os já muitos exemplos que surgem nos meios de comunicação aumentaram exponencialmente com as redes sociais. Contentemo-nos com alguns, relativamente recentes. Antes, os relativos à intenção.

a) Um apresentador de TV hostiliza uma cantora porque ela não teria tratado bem suas fãs. Lembra que a cantora já foi “pobre e macaca”. Dadas as reações à palavra “macaca”, alegaram o apresentador e seu advogado não só que não houve “intuito” de ofender, mas também se ofereceu uma interpretação não ofensiva, especialmente de “macaca”. Invocou-se uma construção popular no Estado de Tocantins (que, na verdade, ocorre em todo o país): tratar-se-ia da expressão “macaco velho”, significando ‘pessoa

experiente'. Creio não ser necessário chamar atenção para o ridículo desta defesa, dada a diferença entre as duas formulações⁵⁴.

Um fato como este poderia ser alvo de apelo à Justiça, que, eventualmente, levaria em consideração se a ofensa foi ou não intencional. Sabe-se que até mesmo no caso de crime de morte, a Justiça estabelece uma distinção entre homicídio doloso e culposo.

Vejam-se estas breves definições:

Quando se diz que alguém cometeu um crime doloso é porque esse alguém teve a intenção e a vontade de cometer o crime, ou seja, agiu livremente e era consciente de que estaria praticando o crime. Portanto, o sujeito está sabendo o que faz, como por exemplo, no caso de homicídio em que uma pessoa compra uma arma e dá um tiro em outra pessoa, matando-a. Diferente situação ocorre no crime culposo, pois nesse caso o agente não tem a intenção de cometer o crime. Ele deixa de observar um dever de cuidado, por imprudência, negligência ou imperícia, ou seja, o resultado indesejado acaba ocorrendo (Disponível em: <<http://www.saibaseusdireitos.org/qual-diferenca-entre-crime-doloso-e-crime-culposo/>>. Acesso em: 3 ago. 2017)

Independentemente das decisões da justiça, é evidente que cidadãos farão seu próprio juízo – e é isso que importa do ponto de vista moral. Usualmente, os comentários se multiplicam, as posições assumidas são bastante diversificadas, indo da condenação pura e simples às diversas defesas, sendo um dos extremos a condenação do politicamente correto, que estaria deixando tudo muito chato (não se pode mais “brincar” com nada).

b) Uma ilustração talvez mais relevante da tese, por envolver altas autoridades, foi o caso da alteração do status de Moreira Franco, tornado Ministro de uma Secretaria (sic!), no início de 2017. Segundo nota do governo, reagindo à grita de muitos cidadãos e de segmentos da mídia, “não houve qualquer má intenção do presidente da República em criar obstruções ou embaraços à Operação Lava Jato” (FSP, 11 fev. 2017). Sem comentários...

c) Mais recentemente, outro episódio envolvendo autoridades pode ser considerado exemplar. No dia 08/06/2017, em audiência no Senado americano, o ex-chefe do FBI, que fora demitido dias antes, disse que o presidente Trump tentou fazer

⁵⁴ Ver notícias sobre o caso em < <https://oglobo.globo.com/cultura/apresentador-da-record-chama-ludmilla-de-macaca-20790833> >. Acesso em: 3 ago. 2017.

com que abandonasse uma investigação que envolvia assessores que teriam tido contato com russos durante a campanha presidencial, o que teria contribuído para a derrota de Hillary Clinton⁵⁵. O ex-chefe do FBI “disse nesta quinta-feira (08) acreditar que o presidente Donald Trump tentou obstruir a investigação sobre as ligações do ex-conselheiro...” (FSP, 9 jun. 2017). Trump lhe teria dito: “Ele é um cara bom. Espero que você esteja disposto a deixar isso passar”. O ex-chefe do FBI disse que interpretou esta fala de Trump como “orientação”. Seu argumento é que, afinal, tratava-se da fala do presidente dos EUA, “sozinho comigo”, dizendo “eu espero que”. Toda a questão reside em provar uma determinada intenção de Trump – implicando eventualmente obstrução da Justiça.

d) A defesa do locutor a quem foi imputada uma declaração imoral pode ser reinterpretar sua fala. Foi o caso do ministro Luiz Roberto Barroso, que, homenageando o ex-ministro Joaquim Barbosa, disse que ele era um “negro de primeira linha”, expressão que, que foi considerada eco das avaliações “comerciais” que se fazia dos escravos. Barroso pediu desculpas, mas também disse que pretendia narrar uma trajetória vitoriosa e fazer referência ao fato de o homenageado ter se tornado um “acadêmico negro de primeira linha”, postulando ainda que a expressão “de primeira linha” não se referia a “negro”, mas a “acadêmico”. A tese é de difícil sustentação, por mais que o escopo de certas palavras possa ser uma não contígua...

e) O youtuber Lukas foi um dos jovens pagos pelo governo para fazer propaganda da reforma do ensino. Depois que se descobriu qual fora a quantia paga pelo MEC por seu filminho, descobriu-se também que ele, anteriormente, postara textos preconceituosos e ofensivos em sua conta no Twitter. Segue uma pequena lista, na qual destaco palavras ou expressões usualmente consideradas imorais, retomando a pergunta de Paveau (2013, p. 18): “pode-se dizer tudo?”.

- Porra, temos que **foder** a Dilma, mas quem tem coragem de fazer isso? Eca...
- Mulher: tem mais de 1000 amigos no face? **eh PUTA**
- Quem gosta de **pica** é **viado**... mulher gosta de dinheiro
- Como estragar sua noite: imagine a Dilma de **quatro pra você**. De nada

⁵⁵ Talvez eu devesse me desculpar pelos sucessivos “teria”; pode ser influência das leituras de jornal, mas também efeito do receio de dizer mais do que posso – e incidir assim em quebra de preceitos morais...

- Nordeste: **cu do mundo**
- Não sou racista. Só acho que **os pretos poderiam lutar mais**
- Procurando **quem me roubou numa multidão de pretos**.

Além de palavras a serem evitadas (questão de moral ou de etiqueta?), há juízos ofensivos, especialmente “mulher gosta de dinheiro”, “quem me roubou numa multidão de pretos?”, “nordeste: cu do mundo”. Eventualmente, “os pretos poderiam lutar mais”.

Agora, veja-se sua defesa: “Sobre meus tweets antigos, eu peço desculpas. Não é como eu penso e me arrependo de ter postado. *Nunca tive a intenção* de ofender ninguém”.

Há claramente dois momentos nesta publicação: um pedido de desculpas e uma declaração de que não concorda com o que significam os enunciados que publicou. A reação mais imediata parece ser a de considerar seu autor mentiroso e/ou covarde, incapaz de assumir seus pontos de vista diante de uma denúncia. Em eventual ação judicial, só seria inocentado se fosse julgado incapaz, ou seja, não responsável pelo que escreveu.

Creio não ser o lugar para discutir se a intenção é um elemento importante (ou o mais importante) para a determinação do sentido. Parece, no entanto, que é bastante claro para muitos leitores que não se trata de atos inocentes ou humorísticos, e que seu efeito, provavelmente não desconhecido dos autores, é o de agredir (ou de se resguardar de problemas, como nos casos Moreira Franco, Trump e Barroso).

Vale a pena distinguir, talvez, os efeitos propriamente judiciais (condenação ou absolvição) dos efeitos morais. Ressalte-se, no entanto, que, também no que se refere aos últimos, a unanimidade é rara, porque as sociedades são heterogêneas. Nos casos considerados, a imoralidade consiste ora em ofender, ora em mentir, ora em ofender e mentir para defender-se de uma acusação.

Os eufemismos

Um dos pontos de partida do trabalho de Paveau (2013) é que as questões morais nunca fizeram parte da linguística dos linguistas (talvez apenas da dos leigos), mas que,

de alguma forma, questões como as palavras tabu surgem sem aviso prévio (p. 20); assim, de alguma forma, questões morais acabam sendo tratadas, mesmo que marginalmente.

Uma definição ligeira e intuitiva de palavras tabu é que são palavras proibidas. Mas sabe-se que continuam sendo proferidas, e que devem a esta “coragem” sua sobrevivência (ver, p. ex., TRUDGILL, 1974; GUÉRIOS, 1979).

No entanto, chocam, são consideradas imorais, ou, pelo menos, inconvenientes. Pode-se acrescentar (sem aprofundar aqui nenhuma das questões), que circulam preferencialmente em contextos privados ou em grupos específicos, criando embaraços e merecendo julgamentos severos quando proferidos em outros lugares ou por personalidades em tese consideradas incapazes de grosserias⁵⁶. Relembrem-se, por exemplo, os gritos “Dilma, vai tomar no cu”, proferidos no Maracanã quando da inauguração da Copa das Confederações. Se houve quem achou divertido, também não faltaram condenações (numa demonstração clara de sociedade dividida quanto aos valores morais)⁵⁷.

Uma das formas que a sociedade encontrou para não reprimir os desejos de explicitude são formas eufêmicas que substituem palavrões e outras palavras tabu. Segue, abaixo, uma série de enunciados que circularam nas redes sociais quando um ator revelou ser homossexual.

- Por que só saiu do armário agora, que está em baixa e no esquecimento? Não sabia que ele **peidava camisinha**.
- Só assumem quando encontram a **vara** perfeita, e até descobrirem, haja **varas**.
- Sim, **da ré no kibe** e dai?
- Gosta de **picolé de calda** e dai?
- Curte abraço apertado e dai? **Cafungada no cangote** e dai? Cada um vive a vida que gosta e nada pode mudar esta linha de direito.
- Essa tábuia já levou muito **prego** na vida.
- ...vamos curá-lo dessa doença. Mostraremos para ele como é bão uma (**_Y_**) de mulher!

⁵⁶ Os julgamentos das palavras são eventualmente estendidos a seus locutores: recentemente, por exemplo, jornalistas pareceram de fato chocados com o palavrado de Aécio Neves, em conversa pouco republicana com Joesley Batista (os palavrões parecem ter chocado mais do que os indícios de corrupção).

⁵⁷ O fato pode ser considerado, inclusive, indício de que houve muito de misoginia na oposição à Presidenta.

Um falante adulto do português brasileiro reconhece nos termos grifados substitutos de “dar o cu” (peidar na camisinha / dar ré no kibe...), de “pênis / pau” (kibe, picolé, prego...), etc. Alguns enunciados vão além da designação alternativa de objetos ou da descrição de eventos sexuais. Por exemplo, “cafungando no cangote” descreve a posição durante ato sexual (penetração anal e respiração ofegante do parceiro ativo); “picolé de calda” refere-se ao pênis e à ejaculação etc. O último enunciado inclui um desenho do que seria uma vulva, representada basicamente pela letra Y.

Em todos os casos, constata-se uma eufemização, um abrandamento da nomeação ou da descrição: em vez dos termos “crus” do cotidiano em situação relativamente privada, formas alusivas e metafóricas, comportamento provavelmente condicionado pelo fato de que as redes sociais são consideradas um espaço a meio caminho entre o público e o privado.

As enunciações alternativas que evitam de certa forma julgamentos de imoralidade ou de grosseria. Aliás, parece-me que uma questão mereceria aprofundamento: em que medida palavras consideradas grosseiras revelam um locutor de moralidade duvidosa?

Contexto

Vejamos agora alguns casos envolvendo a questão do contexto.

a) Ives Gandra Filho foi, durante alguns dias, forte candidato à vaga aberta no STF pela morte de Teori Zavasky (se não se tratou apenas de manobra diversionista). Assim que sua indicação pareceu provável, esmiuçou-se um pouco sua vida, em especial sua obra, em duas direções: 1) sua atuação no TST, que revelou um ministro alinhado com o patronato, não com os trabalhadores, o que aumentava seu cacife, diante dos propósitos de então de fazer uma reforma da legislação trabalhista em determinada direção; 2) alguns de seus escritos, em especial um capítulo de livro no qual ficavam claras suas posições, sempre extremamente conservadoras, sobre diversas questões relevantes (união civil de homossexuais, interrupção de gravidez, direitos das mulheres etc.) e das quais o STF tipicamente trata e, portanto, interessam à “sociedade”.

Como todas as manifestações citadas lhe eram desfavoráveis, na circunstância, Gandra Martins Filho veio a público defender-se, o que fez de duas formas: primeiro, justificou sua doutrina, citando partes de seu texto que tinham sido “esquecidas”⁵⁸; segundo, alegando que os textos descontextualizaram sua obra jurídica: “Diante de notícias veiculadas pela imprensa, descontextualizando quatro parágrafos de obra jurídica de minha autoria...” (FSP, 26 jan. 2017).

Não é o caso de detalhar problemas que podem surgir em relação ao contexto quando se trata de citações. Restrinjo-me à nota 3 (uma forma de dizer que algo do contexto sempre se perde na citação) e à menção de uma tese de Maingueneau, a meu ver decisiva, em especial fora do campo acadêmico:

daí seu [da aforização, isto é, da frase destacada, citada] laço estreito com a juridicidade: quando se quer condenar alguém por suas declarações, em geral não é um texto – sempre relativo a seu contexto -, mas uma aforização ou um conjunto de aforizações que se condena (MAINGUENEAU, 2007, p. 162).

Evidentemente, não se trata apenas de “condenação” ou julgamento em tribunais, embora esta situação não deva ser excluída, mas de todo e qualquer tipo de julgamento, seja público, seja mais restrito.

Vejam-se outros dois casos, de natureza um pouco diferentes. O primeiro vem do universo político-policial. Um hacker teria se apropriado de gravações do telefone de Marcela Temer. Um trecho dizia: “posso jogar vosso marido na lama”. Nota da assessoria do presidente afirmou que a frase reproduzida pelo hacker que fala sobre jogar “na lama” o nome de Temer (“de vosso marido”) está “fora do contexto” (FSP, 10 fev. 2017)⁵⁹.

O segundo caso será tratado com maior detalhe. Durante a FLIP de 2016, uma mesa redonda com Bernardo Carvalho e Benjamin Moser (Literatura hoje: por quê, para quê e para quem?) discutiu o mercado literário. Um jornal resumiu assim a posição do

⁵⁸ Seria a hora de dizer alguma coisa sobre como se selecionam as citações, sempre de acordo com os interesses de quem cita, conscientes ou não, porque os posicionamentos comandam o processo; mas fazer isso seria outro trabalho.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/02/1857673-hacker-ameacou-jogar-nome-de-temer-na-lama-com-divulgacao-de-audio.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

primeiro: “o problema do mercado literário é que a demanda – o que os leitores querem – contamina a produção – o que se publica”.

Num resumo obviamente breve e “jornalístico”, a matéria (FSP, 2 jul. 2016)⁶⁰ acrescenta que o “para quem” foi respondido alto e bom som pelo autor de “Reprodução”: “Não me interessa se o leitor lê ou não lê; *eu quero que o leitor se foda*”. Há também outras declarações um pouco laterais, embora relevantes, que vou desconsiderar aqui. Mas incluo ainda, da mesma matéria, a seguinte citação indireta: **“Ele (Carvalho) acredita que o escritor não deve se deixar pautar pela demanda”**. E esta outra, em discurso direto: “O problema do que eu chamo de alta literatura é que ela não atende a uma demanda, ao que o mercado pede”⁶¹.

Em trabalhos sucessivos, Maingueneau (especialmente em Maingueneau, 2014) tem tratado das frases sem texto, sejam elas os provérbios e os slogans, sejam as que são “retiradas” de um texto com base em algumas de suas características – resumidamente, sua pregnância tanto de significado quanto de significante. É característico que tais frases sejam retomadas, circulem amplamente e, o que aqui vai ser destacado – recebam interpretações eventualmente controversas, seja por serem ambíguas, seja por não levarem em conta nem o contexto nem o co-texto.

Aqui, privilegio a última dessas questões, por duas razões básicas: a) uma interpretação que desconsidere o co-texto e o contexto vai na direção contrária das mais recentes “descobertas” das ciências da linguagem (e mesmo de demandas mais antigas, como as formuladas em torno do conceito de círculo hermenêutico), permitindo problematizar, portanto, a questão da legitimidade de tais interpretações; b) é comum que os autores de tais frases invoquem o contexto (ou critiquem seu abandono) como um fator relevante (e atribuam a seu abandono uma leitura equivocada), o que permite acusações de “má fé”. Destaque-se que em nenhum dos dois casos se invoca algum tipo de incapacidade do leitor, o que justifica que se pergunte – e se tente responder – em que medida a interpretação pode ser “ensinada”, incluindo no “currículo” uma questão ética. Vou analisar mais de perto a pequena e ilustrativa polêmica entre Bernardo de

⁶⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1788026-nao-me-interessa-o-leitor-diz-bernardo-carvalho-em-mesa-na-flip.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

⁶¹ Adiante, ficará mais claro que esta não é, para Carvalho, uma constatação, mas uma tese: a literatura não deve (ou não precisa necessariamente) atender a uma demanda, ao mercado.

Carvalho e João Pereira Coutinho relativa ao sentido de uma declaração do primeiro sobre o lugar leitor na literatura, na FLIP de 2016, supostamente “Eu quero que se foda”.

“Eu quero que o leitor se foda” é evidentemente um enunciado destacável (e, de fato, foi destacado): tem certa independência, um ethos⁶² “solene” (o da proclamação de um princípio ético), é memorável. Não à toa, ecoou, e foi retomado⁶³.

Aqui, no entanto, não vou considerar o fato de que o enunciado foi apoiado, contestado etc. em comentários e outros tipos de texto. Vou me ater a uma pequena polêmica que ele provocou (o problema não é o destacamento, mas uma questão de leitura, talvez de moral). Mais concretamente, interessa-me o fato de que, para defender uma certa leitura, alguém (aqui, seu autor, mas não é necessário que seja assim) mergulha de novo a frase destacada no texto ou no sistema de onde ela foi destacada.

Em 5 de julho de 2016, três dias depois, João Pereira Coutinho, um filósofo português que é colunista da *Folha de S. Paulo*, questionou a tese de Carvalho; mais precisamente, “Eu quero que o leitor se foda”, isto é, a frase destacada. Minha hipótese é que ele leu a reportagem da Folha (toda, mas apenas esta narrativa), e, como é comum, só discutiu a frase destacada, que circulou independentemente do texto do jornal e, claro, ainda mais independentemente da fala do escritor.

É interessante considerar o texto de Coutinho, não apenas porque ele só discute uma frase, mas principalmente porque avança em determinada direção, como se Carvalho tivesse dito ainda mais do que disse, produzindo, assim, simulacros de seu discurso. Vejamos alguns aspectos:

- Como Coutinho cita Carvalho (**FSP**, 5 jul. 2016): “Disse ele: ‘Não me interessa se o leitor lê ou não’. E acrescentou, com extrema elegância:⁶⁴ ‘Eu quero que o leitor se foda’. Para Bernardo de Carvalho, o importante é “fazer minha literatura” (como se vê, Coutinho cita passagens da reportagem, cobrindo ao máximo o que se poderia chamar de co-texto, incluindo (outras afirmações além da “tese” de Carvalho).

⁶² “Alto e bom som” diz respeito ao tom, que revela um ethos.

⁶³ Uma consulta ao Google em 26 de fevereiro de 2017 informa que há 393.000 ocorrências para esta afirmação sem aspas.

⁶⁴ Lendo esta passagem como se fosse irônica, descobre-se que, de fato, Coutinho inverte o “tom”, que era “alto e bom som”, no original, expressão que pode ser interpretada como ‘veementemente / francamente / com palavras vulgares’.

- Observe-se, o que pode ser crucial, que Coutinho sequer cita uma das declarações de Carvalho: “*que o escritor não deve se deixar pautar pela demanda*”. Convenhamos que ela poderia explicar o sentido de “que o leitor se foda”: ‘sua demanda não deve pautar o escritor’.

- Coutinho interpreta “fazer sua literatura” como se Carvalho fosse “indiferente ao ruído e aos interesses das massas ignaras”⁶⁵. Suas palavras são bem marcadas: mesmo que Carvalho tivesse dito literalmente que não se interessava pelas massas (ele disse “leitor”), traduzir o que teria dito por “indiferente ao ruído das massas ignaras” é uma evidente hipérbole; de onde vêm “ruído” e “ignaras”?

- Depois de dizer que a posição de Carvalho é solipsista, acrescenta: “Se Bernardo Carvalho escreve apenas para o próprio umbigo, como explicar o mistério da publicação comercial?”. Mas quais são as palavras de Carvalho que poderiam ser parafraseadas por “escrever para o próprio umbigo”? Provavelmente, a formulação deriva de “O escritor não deve se deixar pautar pela demanda”. O percurso “gerativo” seria: *não se deixar pautar* → *escrever o que se quer* → *escrever (apenas) para si próprio*. Simulacros!

- Por que, então, publicar? Ou, nos termos dele: “não seria mais coerente reservar o produto do vício solitário para a gaveta?” De novo: onde Coutinho encontra nas falas de Carvalho a afirmação de que ele não deseja ou acha inútil publicar (boa) literatura?

Feito isso, Coutinho retorna à história da literatura para mostrar que: a) muito do que foi popular é alta literatura (seu exemplo é Shakespeare); b) muito do que foi recusado pela elite (eventualmente, também pelo gosto popular, mas por outras razões), mais tarde se revelou alta literatura (como foi o caso de *À la recherche...*, de Proust, que Marc Humblot recusou-se a publicar).

Dois dias depois, no mesmo jornal, Carvalho responde a Coutinho, explicando “o sentido” de sua declaração. O título de seu texto é “Coutinho pinçou uma frase fora de contexto”, como dificilmente poderia deixar de ser. Cito o primeiro parágrafo:

O colunista da *Folha* João Pereira Coutinho dedicou sua coluna desta terça (5) a uma frase que a reportagem do jornal pinçou de um debate de uma hora e meia do qual participei no sábado (2) na Flip, em Paraty, - ao qual o colunista não assistiu. A frase foi dita em resposta a uma

⁶⁵ Carvalho tinha dito a Moser que se pode assumir que as pessoas são burras; o sentido é que não é para elas que a alta literatura é produzida (um argumento seu é que Paulo Coelho não roubou leitores da alta literatura).

pergunta insistente, que eu já havia respondido: se eu pensava no leitor na hora de escrever.

No excerto, algumas coisas chamam a atenção, especialmente “pinçar *uma frase* de um debate de *uma hora e meia*”; “o colunista não [o] assistiu”; “a pergunta [tinha sido] insistente”. O fundamental é a frase ter sido “pinçada” (o que explica sua interpretação) e a insistência da pergunta (que explica a resposta em “alto e bom som”). Mas a resposta continua:

Ao destacar a frase em detrimento do contexto, a reportagem prejudicou seu entendimento. A questão não era entre “alta cultura” e “cultura popular”, mas escrever para atender a uma demanda do mercado e escrever guiado por uma convicção pessoal. São modos diversos de lidar com a escrita, que podem se combinar ou não.

Não é possível saber se esta explicação foi feita durante o debate ou se é posterior, uma interpretação de Carvalho para sua frase **no** contexto. O que estas citações deixam claro é que Carvalho defende que, sem a consideração do contexto, a interpretação fica prejudicada (o que é uma tese banal, desde a pragmática até a análise do discurso, passando pela tese do “círculo hermenêutico”).

Mais interessante ainda é o que Carvalho faz em seguida: republica um texto que havia publicado alguns meses antes em um blog, no qual explicava sua posição, que, na matéria do jornal, apareceu “simplificada”. Este texto, diz ele, “esclarece a argumentação mais geral na qual a frase se insere”. Ou seja: fornece um contexto.

Deste texto, que não vou tentar decifrar, recorto as passagens nas quais Carvalho defende sua interpretação de “Eu quero que o leitor se foda”. Começa contando que certa vez ganhou um livro de um autor cuja característica era “ser um provocador implacável, um sabotador literário das posições entrincheiradas” do pós-guerra, segundo seu prefaciador. “Surgiu para desagradar, para dizer o que não se queria ouvir” – o inverso de hoje, afirma Carvalho.

Depois conta que, há algum tempo, participando de um debate na França, o mediador perguntou, a certa altura, qual fora o significado da literatura francesa para cada um dos debatedores. Carvalho conta que se lembrou na hora de uma entrevista de Jérôme Lindon, que viria ser o editor de Minuit, que dissera querer “publicar os livros

que ninguém quer ler”. Carvalho acrescentou que a literatura francesa tinha significado para ele esta liberdade.

Conta um pouco mais sobre este editor, que decidira publicar Beckett quando todos o-recusavam. Ir contra o leitor, diz ainda, pode significar escrever que a Terra é redonda para os que sempre ouviram que é plana. E que a literatura contra o leitor pode ser também uma literatura por um novo leitor. E que este projeto civilizatório se perde quando a literatura é sequestrada pelo gosto (do leitor, entenda-se). E que dizer que se escreve “contra o leitor” pode ser considerado arrogância, até porque o leitor é um cliente (mas nem por isso se deve ceder, é o sentido de seu texto).

Em suma: o que Carvalho faz, recuperando o contexto de mesa na FLIP e, depois, evocando um texto em que esclarece sua posição, é oferecer uma interpretação contra certas interpretações que derivaram da leitura de sua frase “fora do contexto”, como a de Coutinho No caso, as duas maneiras de tratar do que vai ser lido resultam em duas interpretações de “quero que o leitor se foda”: a) **o leitor não interessa** (nem mesmo interessa que me leia – ou até que compre meu livro). É a interpretação de Coutinho; b) **eu não me rendo ao gosto do leitor/do mercado**; significa que escrevo seguindo um certo projeto – e que, se isso implicar que terei poucos leitores, pago o preço. Que o leitor deste texto fique com a interpretação que lhe parece mais adequada.

Conclusão

Que conclusões tirar desta pequena amostra? Algumas: a) que determinados textos, em função do emprego de determinadas palavras, são considerados ofensivos, portanto, imorais; b) que, frequentemente, a defesa dos autores de determinados textos, pilhados em situação desconfortável, defendem-se alegando não terem tido a intenção de ofender (defesa dificilmente aceita pelos locutores / leitores, embora possa valer nos tribunais); c) que há leituras que se pretendem “exatas”, que consideram um corpus mais extenso, mais extenso mesmo do que um texto em seu contexto; d) que as leituras feitas no calor da hora, em especial as que consideram apenas fragmentos, notadamente

os fragmentos fornecidos pela mídia, tipicamente apelam para a associação livre, e se marcam pelo exagero – e às vezes pelo simulacro.

Tipicamente, a análise do discurso pretendeu, segundo a teoria que deriva de Pêcheux (obviamente sem dogmatismo quanto às leituras “corretas”), considera que a paráfrase tem papel fundamental na interpretação. À luz desta tese, a interpretação de Coutinho parece frágil. Apressada, talvez. Pouco ética, provavelmente, porque o gancho para uma mais adequada estava na reportagem: **o escritor não deve se deixar pautar pela demanda**, paráfrase de **quero que o leitor se foda**. A questão que sobra é relativa à legitimidade de avaliar leituras como a de Coutinho aqui mencionada carentes de moralidade.

Referências

GUÉRIOS, M. **Tabus linguísticos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MAINGUENEAU, D. L'énonciation aphorissante. In: SILVA, T. C.; MELLO, E. (Orgs.). **Conferências do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007. p. 155-163.

____. **Frases sem texto**. São Paulo: Parábola, 2014.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

TRUDGILL, P. **Sociolinguistics**: an introduction to language and society. New York, Penguin Books, 1974.